

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

BARONATO EM FAMÍLIA – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CRISE CAFEIEIRA EM JUIZ DE FORA A PARTIR DA FAMÍLIA RIBEIRO DE REZENDE (1885–1914)

Luiz Alberto Ornellas Rezende*

A cidade de Juiz de Fora – MG foi palco de grandes transformações econômicas durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Tais mudanças ficaram caracterizadas, principalmente, pela crise na produção cafeeira voltada para a exportação e pela multiplicação do número de indústrias locais, ligada ao acúmulo de capital por parte dos cafeicultores, às atitudes de uma parcela dos imigrantes, em destaque, os de origem germânica que vieram para a cidade por ocasião da construção da estrada União e Indústria, e às iniciativas de industriais mineiros, como Bernardo Mascarenhas.

O foco deste artigo é, então, analisar estas transformações do ponto de vista do grande cafeicultor, tomando como base a família Ribeiro de Rezende. Tal família exerceu papel fundamental na história da cidade, acompanhando, além do desenvolvimento econômico, também o político. Por esse motivo, acreditamos que a escolha de tal grupo é apropriada, como será visto nas linhas a seguir.

Iremos, em um primeiro momento, apresentar de forma mais detalhada quatro membros da família: o barão de Juiz de Fora e três de seus filhos – o barão do Retiro, o barão do Rio Novo e Francisco Eugênio de Rezende. Tal apresentação é fundamental, pois servirá de base para o desenrolar do trabalho.

Em seguida, após as considerações sobre a família e seus integrantes, tentaremos compreender o que representou a primeira grande crise do café para estes homens e para a sociedade juizforana, analisar os números, determinar os momentos precisos de aumento e queda do preço do café, e notar os reflexos de tais mudanças para os fazendeiros da região.

A partir daí, vamos direcionar nossos olhares para a industrialização na cidade, para as ligações que esta tem com o capital cafeeiro e determinar qual o papel dos cafeicultores e de outros grupos neste novo movimento, definindo qual a conduta predominante entre os homens ligados ao café frente às modificações, e a razão desta conduta.

* Graduando em História pela UFJF. E-mail: luizrez@bol.com.br

E por fim, após as considerações sobre os membros da família que usamos como ponto de partida e as conclusões a respeito da crise cafeeira e do processo de industrialização, veremos como os dois irmãos, barão do Retiro e Francisco Eugênio de Rezende, fazendeiros, reagiram às mudanças. Veremos como o primeiro tendeu à decadência e o segundo buscou uma aproximação com o meio industrial, tentando achar uma alternativa em um momento de crise.

A família no contexto de Juiz de Fora

Antes de tentar compreender a posição deste grupo frente as transformações já citadas, faz-se necessária uma apresentação mais aprofundada desta família, de onde vieram, como se instalaram aqui, que papel desempenhavam os membros, como se desenvolveram e ajudaram a desenvolver a cidade. É possível que, aos olhos de alguns, as apresentações possam parecer demasiadamente factuais, entretanto, entendemos ser esta a forma mais apropriada, pois o objetivo neste momento é fornecer subsídios para a compreensão do que virá posteriormente, funcionando os dados a seguir como meio, e não como fim.

A origem dos Ribeiro de Rezende nos remete a Josepha Maria de Rezende, filha de João de Rezende Costa, patriarca da família Rezende no Brasil, que vindo de Portugal, se instalou na cidade que conhecemos hoje como Lagoa Dourada, em Minas Gerais. Os Ribeiro de Rezende formariam “um dos importantes grupos mineiros, de abastados proprietários rurais, membros da chamada ‘aristocracia rural cafeeira’”.¹ Josepha foi mãe de 12 filhos, entre eles o coronel Geraldo Ribeiro de Rezende, pai de José Ribeiro de Rezende, o barão de Juiz de Fora.²

Nosso estudo começa, efetivamente, a analisar os Ribeiro de Rezende a partir do barão de Juiz de Fora. Nas próximas linhas vamos mostrar, de forma concisa, a trajetória deste e de três dos seus oito filhos, o barão do Retiro, o barão de Rio Novo e Francisco Eugênio de

¹ BARATA, Carlos Eduardo Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000. p. 1916.

² Sobre a família Ribeiro de Rezende, ver BARATA, Carlos Eduardo Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Op. Cit.** p. 1916., e ver também em REZENDE, Arthur. **Genealogia Mineira: Família Rezende**. III Volume. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1939. p. 12-16. Agradeço a Nilza Rezende Arantes por tornar possível o acesso a obra de Arthur Rezende, que tem servido de referência durante o desenvolvimento desta pesquisa, e que muito contribuiu para a elaboração das considerações aqui apresentadas.

Rezende. Esta breve apresentação servirá de subsídio para, em seguida, compreender o papel que seus filhos tiveram no complexo cenário de mudanças econômicas do início do século XX na Zona da Mata mineira.

José Ribeiro de Rezende, nascido em dezembro de 1808, trabalhou durante muitos anos como juiz de paz em Engenho do Mato, atual município de Paula Lima, em Minas Gerais. Veio para Juiz de Fora, onde em 1843 comprou a fazenda Fortaleza, na região de Caeté. Tal fazenda era uma das mais antigas da região, pertencia aos Dias Tostes, e era proveniente das sesmarias deste referido grupo. Em 1853, foi o barão de Juiz de Fora eleito primeiro presidente da Câmara Municipal da cidade. Como foi possível perceber, este homem muito contribuiu para o desenvolvimento da localidade, doando terreno para a construção do novo cemitério e auxiliando a Santa Casa de Misericórdia. Estas contribuições apontam para uma possível tentativa de aumento de prestígio frente à sociedade. Ganhou seu título de nobreza na última década do império, precisamente em 15 de junho de 1881.³

Além de grande cafeicultor escravista, atuou como capitalista, isto é, emprestou recursos para outros fazendeiros da região. Esta atividade foi comum na região, antes do estabelecimento na cidade dos aparatos financeiros, como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Atuou também no mercado imobiliário, possuindo imóveis em outras cidades da região, como Barbacena e Carangola.⁴

Foi o barão de Juiz de Fora casado duas vezes. A primeira esposa e mãe de todos os seus oito filhos foi Senhorinha Carolina de Miranda. Quando esta faleceu, casou-se novamente, desta vez com a também viúva Camila Ferreira de Assis, que foi casada com Cândido Ferreira da Fonseca, grande amigo do barão de Juiz de Fora.⁵ Pertencia a segunda mulher do barão de Juiz de Fora, à família de tradição nobre, sendo esta irmã do Conde de Prados.

³ Ver REZENDE, Arthur. **Op. Cit.** p. 37., ou ainda FONSECA, Walter. **Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora, gente, fatos e coisas.** São Paulo: Ícone, 1987. p. 12.

⁴ Sobre informações de imóveis do Barão de Juiz de Fora, ver VIANNA ROSA, Rita de Cássia. **Nossos barões e seus impérios: aspectos da vida material da elite nobiliárquica de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.** Monografia: UFJF, 1999. p. 32. Sobre atuação como capitalista, ver REZENDE, Arthur. **Op. Cit.** p. 37. e ver também PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870 / 1930.** Dissertação. Niterói: UFF, 1993.

⁵ CUNHA, Rui Vieira da. **Figuras e fatos da nobreza brasileira.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. p. 66. Curioso é que, na lápide do falecido Cândido Ferreira da Fonseca, há referência de seu amigo barão de Juiz de Fora, como já estando casado com Camila Francisca Ferreira de Assis, esposa do finado. Assim consta a lápide: “Aqui jazem os restos mortais de Candido Ferreira da Fonseca, bom filho, bom amigo, bom esposo, bom pai. Verdadeiro Cristão cujo testemunho é este templo erigido a expensas suas, tributo de amizade e gratidão de sua esposa D. C. F. A. Resende e segundo esposo, o Tenente-Coronel José Ribeiro de Resende. Faleceu a 10 de agosto de 1855.”

Aliás, algo digno de ser notado é a inserção dos Ribeiro de Rezende em meio a nobreza. Só entre o barão de Juiz de Fora e seus filhos temos três títulos nobiliárquicos. Se estendermos um pouco mais esta observação, veremos que José Ribeiro de Rezende era sobrinho do marquês de Valença e, a partir de seu segundo casamento, cunhado do conde de Prados. A análise fica ainda mais interessante quando lembramos que, na monarquia brasileira, os títulos nobiliárquicos não são hereditários, ou seja, não passam de pai para filho⁶.

Geraldo Augusto de Rezende (barão do Retiro), filho mais velho, nascido em 1835, foi assim como o pai, grande fazendeiro e chefe político. Foi vereador pelo distrito de Chácara em 1869, e, mais tarde, chegou a presidência da Câmara Municipal quando o então presidente se afastou da referida casa para assumir a chefia da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, localizada no bairro da Tapera, atual Santa Teresinha. Na direção da Câmara Municipal, ficou pouco tempo, pois, em 1889, findou-se o regime monárquico no Brasil e o barão deixou a liderança da Câmara. Ganhou seu título de nobreza meses antes do final do regime, em agosto de 1889⁷.

Foi o barão do Retiro cafeicultor na fazenda São Fidélis, na região do Retiro, próximo a fazenda Fortaleza pertencente a seu pai. O fato é que na São Fidélis pouco investiu, pois, ao contrário de seu pai, preferia o barão do Retiro o ambiente urbano. Possuía ele duas residências na atual Avenida Barão do Rio Branco, a principal foi assim descrita por Jair Lessa: “(...) era um palacete assobradado (conhecido de todos) que serviu depois como Escola de Engenharia e foi demolido para dar lugar ao edifício que leva hoje o nº. 2032”.⁸

Foi o barão do Retiro casado com Maria Carlota Mendes Tostes (então, baronesa do Retiro). O casal cafeicultor conseguiu viver bem até 1907, ano em que falece a baronesa. Deste momento em diante, o homem que, como seu pai, pôde em certo momento atuar como capitalista, começava a entrar em declínio. Rita de Cássia analisa bem os inventários do casal. No da baronesa, datado de 1907, constam propriedades rurais, como a fazenda São Fidélis. Sete anos depois, quando faleceu o barão, seu inventário não continha referências sobre

⁶ Sobre títulos não hereditários, ver VIANNA ROSA, Rita de Cássia. **Op. Cit.** p. 14. Sobre barão de Juiz de Fora e seus filhos, ver REZENDE, Arthur. **Op. Cit.** p. 37., e ver também BARATA, Carlos Eduardo Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Op. Cit.** p. 1916. Sobre segundo casamento do Barão de Juiz de Fora, ver CUNHA, Rui Vieira da. **Op. Cit.** p. 66., e ver também PROCÓPIO FILHO, José. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Edição do Autor: Juiz de Fora, 1973. p. 128-129.

⁷ Ver REZENDE, Arthur. **Op. Cit.** p. 37-38., ver também LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação da república**. Juiz de Fora: UFJF e Funalfa, 1985. p. 210., ou ainda FONSECA, Walter. **Op. Cit.** p. 13-14.

⁸ LESSA, Jair. **Op. Cit.** p. 189. O palacete deu lugar ao atual edifício Antônio Sejam Ganimi, próximo ao Parque Halfeld.

propriedades rurais. O que pode indicar um período de dificuldades vivido por Geraldo Augusto de Rezende.⁹

O barão do Retiro vendeu sua propriedade rural, a já citada Fazenda São Fidélis, no ano de 1912, ao Dr. José Procópio Teixeira, que, pouco tempo depois, seria eleito vereador e agente do executivo. Procópio Teixeira compra a fazenda no momento em que o café, depois de anos de preços baixos, ensaiava uma reação. Este, ao contrário de Geraldo Augusto de Rezende, teria investido muito na São Fidélis.¹⁰

José Ribeiro de Rezende Filho, Barão do Rio Novo, ganhou este título, assim como seu irmão, a poucos meses do fim do regime monárquico brasileiro, mais precisamente no dia 20 de agosto de 1889. Sobre este homem possuímos pouca informação. Sabemos, no entanto, que este morou, foi fazendeiro e faleceu na cidade de Rio Novo, não atuando portanto, com a mesma intensidade em Juiz de Fora como seus outros dois irmãos, o que o deixa, de certo modo, a margem em nossa análise. Foi casado com Maria Henriqueta Pacheco, filha do Capitão Antônio Manoel Pacheco, e com ela teve três filhos. Em um segundo momento casou-se novamente, porém deste consórcio não deixou descendentes.¹¹

Podemos notar que todos os três títulos nobiliárquicos em questão foram concedidos na última década do Império, sendo o do barão de Juiz de Fora ofertado no início da década, em junho de 1881, e o do barão do Retiro, bem como o do barão Rio Novo, no final da década, em agosto de 1889. Nas últimas décadas do Império, a doação de títulos nobiliárquicos passou a ser usada por Dom Pedro II como forma de amenizar as perdas dos grandes proprietários de escravos, causadas, principalmente, pela implementação de leis por parte do governo imperial, que visava o fim do regime escravista em solo brasileiro. Tais doações passaram a ocorrer de forma mais intensa, visto que as perdas eram cada vez maiores. O que ocorria, contudo, era uma compensação: o governo dava status aos que estavam perdendo recursos. As doações serviam também para reforçar os cofres do Império, pois os nobres agraciados tinham gastos com tal promoção. É dentro deste cenário que parecem estar os títulos doados aos membros da família Ribeiro de Rezende.¹²

O último membro da família a ser apresentado é Francisco Eugênio de Rezende, nascido em 1855, portanto 20 anos mais jovem que seu irmão mais velho, o barão do Retiro.

⁹ ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Op. Cit.** p. 17-24.

¹⁰ PROCÓPIO FILHO, José. **Op. Cit.** p. 179-180. Atualmente, na fazenda São Fidélis funciona o Hotel Fazenda São Fidélis. Mais informações no site: www.hotelfazendasaofidelis.com.br.

¹¹ Barão do Rio Novo. **O Pharol**, Juiz de Fora, 05.12.1904, p.1.

¹² ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Op. Cit.** p. 9.

Foi cafeicultor na fazenda Quinta da Conceição, também em Retiro. Era, até onde foi possível perceber, homem mais empreendedor e mais ligado ao campo que seu irmão. Mantendo a tradição política da família, foi vereador entre 1881 e 1884. Manteve seus laços com a cafeicultura, assumindo, em certo momento, a fazenda Fortaleza de seu pai. Foi diretor da Companhia Mineira de Eletricidade e também diretor, já em 1894, da Companhia Organização Agrícola Mineira, dirigida por Frederico Ferreira Lage, filho de Mariano Procópio Ferreira Lage.¹³

Veremos que este homem buscou a inserção, mesmo que um pouco tardia, no mundo industrial. Em 1907, inaugurou junto com seus filhos a fábrica Santa Maria, que tratava o café e outros produtos vindos de suas propriedades rurais. Embora tenha buscado esta inserção no meio industrial, fato que já é suficiente para torná-lo exceção no contexto de Juiz de Fora, em que o grande cafeicultor não é a figura central que conduz diretamente a industrialização local, iremos notar que ele não estava totalmente alinhado ao pensamento capitalista predominante entre os industriais, principalmente os de origem germânica, de culto protestante. A questão será melhor abordada na segunda e terceira parte deste trabalho.¹⁴

Além dos Ribeiro de Rezende, diversas famílias exerceram papéis importantes na Zona da Mata mineira, como, por exemplo, os Silva Pinto em Cataguases, os Monteiro de Barros em Leopoldina, os Tostes e os Cerqueira Leite em Juiz de Fora, entre outras.¹⁵

Cabe ainda destacar um ponto em comum entre os grandes cafeicultores da região, ponto este evidente em cada membro da família Ribeiro de Rezende aqui apresentado. Estamos nos referindo ao culto católico. Esta prática, enraizada na sociedade da época, conviveu com o protestantismo cultuado por uma parcela dos imigrantes germânicos, que chegaram ao município de Juiz de Fora para trabalharem na construção da estrada União e Indústria, e que iriam compor a Colônia D. Pedro II. Esta diferença religiosa, até onde foi possível observar, é um fator que auxilia a explicar a diferença de postura dos cafeicultores e imigrantes germânicos frente ao processo industrial.

¹³ Ver PROCÓPIO FILHO, José. **Op. Cit.** p. 37., ver também PROCÓPIO FILHO, José. **Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana**. Edição o autor: Juiz de Fora, 1979. p 119., ou ainda FONSECA, Walter. **Op. Cit.** p. 14.

¹⁴ Indústria local. **O Pharol**, Juiz de Fora, 16.01.1907, p. 1. Agradeço ao Professor Rogério Rezende Pinto, que localizou a fonte e gentilmente a cedeu, em ocasião de meu trabalho como auxiliar-voluntário em sua dissertação de mestrado.

¹⁵ PIRES, Anderson José. **Op. Cit.** p. 40.

Com a base necessária, vamos agora compreender como se deram as transformações econômicas do final do século XIX e início do XX na região, e como elas envolvem, necessariamente, a crise do café e a industrialização.

Crise da cafeicultura

No final do século XIX e início do século XX, a produção de café ocupava lugar central nas exportações brasileiras e era o carro chefe da economia do país. O Brasil, por sua vez, produzia sozinho cerca de 70% do café consumido no mundo e, claro, exercia grande influência na oferta do produto.¹⁶

Ocorre que toda a economia do país girava em torno deste tipo de produto, voltado para a exportação. Se todo esse foco na produção de um só bem, pode trazer vantagens, como dominar a maioria do mercado mundial e influir diretamente sobre a oferta do produto, por outro lado, tal escolha deixa a economia do país dependente das incertezas do mercado mundial. Por exemplo, se em determinado ano há um aumento no consumo de café no mundo, a tendência é o preço do produto subir, pois há um aumento na procura. A consequência disso é o aumento no investimento por parte dos produtores, pois estes percebem o aumento de preço e buscam um ganho maior, aumentando as plantações. Tempos depois, quando as plantações começam a dar seus frutos, há um aumento na produção. Se o mercado não é capaz de consumir este acréscimo, está caracterizada a superprodução. O resultado é um excesso de produto no mercado, o que leva a uma queda nos preços, que pode ser muito brusca dependendo da situação. No caso da crise do café, vai ocorrer sim uma superprodução, que levará ao menos cinco anos para se manifestar, pois é este o tempo médio de maturação da planta.

Constatamos que, antes de ocorrer a primeira grande crise do café, havia um pensamento predominante entre os cafeicultores. Era a idéia de que o Brasil era um país agrário, e de que esta era a vocação destas terras. Sendo esta mentalidade predominante antes do período de crise, os cafeicultores pouco se abriram para a idéia da indústria, pois, no pensamento deles, este país não serviria para a indústria. Porém, após os primeiros prejuízos com a crise, a mentalidade do cafeicultor, sobretudo o paulista, começa a sofrer mudanças.

¹⁶ MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.p. 224-225.

Começa-se a aceitar a idéia industrial e passa-se a reinvestir parte do capital excedente na indústria.¹⁷

Claro que isto vai ocorrer de modo diferente na Zona da Mata mineira. O que notamos em nossa região é que, a grande maioria dos cafeicultores não se envolvem de forma direta coma indústria, e os que se envolvem, fazem isso muito tempo depois da implantação destas. O que há por parte dos cafeicultores é um investimento indireto, por meio de ações.

Para explicar como seu deu a crise do café em Minas Gerais, vamos lançar mão da tabela abaixo, onde temos a relação de produção e preço do café separados de cinco em cinco anos, que é o período médio de maturação da planta. Vamos analisar a tabela e extrair dela os dados que irão nos ajudar a entender as mudanças.

Tabela de produção e preço do café em Minas Gerais, 1885 – 1914 ¹⁸

Quinquênio	Média de produção (em arrobas)	Preço médio por arroba (réis)
1885/1889	5.477.724	7\$871
1890/1894	5.583.195	16\$564
1895/1899	8.399.271	15\$650
1900/1904	10.492.749	8\$871
1905/1909	10.791.373	8\$082
1910/1914	8.529.278	11\$822

Como podemos observar na tabela acima, se compararmos o quinquênio de 1885/1889 (período em que ocorre a libertação dos escravos) com o quinquênio imediatamente posterior, ou seja, o de 1890/1894, veremos que há uma pequena mudança positiva na produção e um aumento significativo no preço do café. Isto nos aponta que, ao menos em Minas Gerais, o impacto da abolição da escravidão, ao que parece, não afetou tanto a produção cafeeira, pois chegou a haver um pequeno aumento na quantidade produzida em comparação ao quinquênio anterior.

¹⁷ CATELLI JÚNIOR, Roberto. **Brasil: do café à indústria: transição para o trabalho livre**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 47-48.

¹⁸ Tabela elaborada com base nas informações presentes em PIRES, Anderson José. **Op. Cit.** p. 100, 104 e 109.

Tal fato pode ter sido compensado pelo aumento significativo dos preços. O preço do segundo período corresponde a mais que o dobro do valor do primeiro período. Ora, esse aumento significativo dos preços causa um impacto nos cafeicultores, que passam a investir mais, o que significa, entre outras coisas, aumentarem as plantações de café.

As plantações demoram, como já citamos, cerca de 5 anos para começarem a apresentar resultados, portanto, no período que se estende de 1895/1899, uma pequena parte desta produção começa a dar resultados. Há um aumento na produção, e uma pequena queda nos preços.

No período seguinte, 1900/1904, as novas plantações, feitas nos períodos anteriores começam a dar um maior resultado, e há um aumento significativo na produção. O reflexo deste fato é uma queda brusca no preço do café. Veremos que no período posterior, 1905/1909, pouco se modificou, visto que a superprodução continuou e o preço se manteve baixo. Dentro deste período, mais precisamente em 1907, Francisco Eugênio de Rezende inaugura sua fábrica. Veremos que esta atitude está na contra-mão das tendências, que apontam um número maior de transferências diretas de capital do café para a indústria, quando estas ocorrem, em períodos favoráveis ao cultivo do café, e não em momentos de crise, como em 1907.

O impacto da crise pode ser sentido quando analisamos o percentual médio da área ocupada pelos cafezais no interior das fazendas. Na década de 1890, período em que o café estava em alta, este número é de 27%. Já na primeira década do século XX, este número cai para 19%. Isto nos sugere que houve um abandono por parte do cafeicultor de parte produtiva de sua fazenda, visando possivelmente a diminuição da produção e um conseqüente aumento dos preços.¹⁹

O quadro só voltará a ser positivo para o cafeicultor a partir da segunda década do século XX, quando a produção cai e os preços voltam a subir. Destaca-se que é neste momento que o Barão do Retiro consegue vender sua fazenda, em 1912. Na quarta parte deste trabalho vamos analisar esta venda com maiores detalhes.

Claro foi o tamanho da crise e o alcance de seus reflexos. Este momento foi uma das maiores depressões econômicas do Brasil, há uma queda de aproximadamente 45% no preço do café mineiro, número semelhante ao da crise de 1929, quando a queda do preço beirou também os 45%.²⁰

¹⁹ PIRES, Anderson José. **Op. Cit.** p. 144-148.

²⁰ **Ibid.** p. 108.

Os fazendeiros que resistem a esta crise e a de 1929 e que conseguem manter suas propriedades, aos poucos vão substituir o café pela pecuária destinada a retirada do leite. Niva de Andrade Reis, que, no passado foi proprietária da fazenda São Fidélis, em um trecho de suas memórias, deixa evidente esta mudança, quando trata dos grandes resultados da pecuária leiteira, vejamos:

*Certa época eu e Tales dividimos o gado. O melhor ficaria na Fazenda Santa Luísa e o de espera em São Fidélis. Então passamos a tirar muito leite, pois tínhamos um ótimo administrador de gado, seo Fernando, e até saímos numa reportagem publicada numa revista paulista, como o balde de leite mais cheio da Zona da Mata.*²¹

Esta transição do café para a pecuária é uma tendência, e acontece em várias fazendas da região. Em visita recente a fazenda São Fidélis, constatei que do processo de produção do café, só restam as tulhas²², que devidamente adaptadas, formam hoje os quartos do hotel fazenda. Não há mais plantação de café na histórica fazenda, mas a pecuária leiteira continua presente, em menor escala. Conta-nos Sebastião²³, filho do falecido Deusdeti Evangelista Pereira – grande pecuarista que, antes de adquirir a São Fidélis, foi sócio de Saulo Vilella, marido de Niva de Andrade Reis – que nos tempos de seu pai, a fazenda chegava a produzir 800 litros de leite por dia.

Desenvolvimento da indústria local

Compreendido o contexto da crise do café na Zona da Mata mineira, abordaremos agora o desenvolvimento industrial. Será que no município de Juiz de Fora a industrialização se deu a partir das lideranças estabelecidas pelo café? Será que o acúmulo de capital gerado pelo café formou um complexo cafeeiro como o de São Paulo, que guiaria o processo de industrialização? O que faremos nesta parte do artigo é buscar respostas a estas questões.

²¹ REIS, Niva Andrade. **Estações de Minha Vida**. Rio de Janeiro: Lido, 2002. p. 150-151. Agradeço a Sandra, parente da autora do livro, que gentilmente forneceu a obra em questão, e permitiu o aprofundamento do presente trabalho.

²² Tulhas eram os depósitos onde ficava armazenado o café.

²³ Registro meu profundo agradecimento aos irmãos Sebastião, Márcio e Lúcia, donos do Hotel Fazenda São Fidélis, que nos receberam muito bem e muitas informações relevantes sobre a fazenda nos forneceram. Em especial ao Sebastião, que gentilmente nos forneceu uma entrevista, onde tratou de forma detalhada do funcionamento da fazenda na época de seu pai, Deusdeti Evangelista Pereira, grande pecuarista da Zona da Mata mineira.

Com base na bibliografia consultada, podemos observar que os cafeicultores não exerceram um papel pioneiro na industrialização da Zona da Mata, ao contrário, participaram, na maioria das vezes, de forma indireta, aplicando o capital sem se envolverem diretamente na atividade industrial. Os poucos que se envolvem, como é o caso de Francisco Eugênio de Rezende, o fazem de forma tardia. Deste modo, falar em “complexo cafeeiro” na Zona da Mata mineira parece algo um pouco exagerado, pois a participação e influência dos cafeicultores mineiros na sociedade e nas estruturas locais é um pouco mais limitada se comparada ao universo paulista.²⁴

As primeiras iniciativas industriais em nossa cidade são tomadas pelos imigrantes germânicos que vieram para Juiz de Fora por conta da construção da estrada União e Indústria e aqui formaram a Colônia D. Pedro II. Estes homens eram, em parte católicos, em parte protestantes. O grupo protestante, que correspondia a aproximadamente a metade da Colônia, é que começa a tomar as primeiras iniciativas industriais. Percebemos então que, num primeiro momento, o capital que alimentou a nascente indústria veio do próprio setor. A partir do lucro das pequenas atividades exercidas pelos imigrantes protestantes e o reinvestimento deste capital que foi se acumulando, é que a indústria local surgiu e começou a prosperar. Tivemos ainda, como observa Luiz Antônio Valle Arantes, uma pequena presença de capital oriundo das atividades comerciais e um capital mínimo originário dos cafezais.²⁵

Para ter uma idéia mais concreta da influência dos imigrantes de origem germânica de culto protestante, na formação da indústria local, basta citar que, de 1858, data em que estes chegaram em nossa região, até 1912, período que coincide com a venda da São Fidélis, até então pertencente ao barão do Retiro, 43% das indústrias pertenciam aos protestantes de origem germânica. Ou seja, os germânicos, embora não fossem donos da maioria absoluta dos empreendimentos do setor, são donos de uma parcela significativa e, portanto, não se pode desprezá-los. Por outro lado, não podemos atribuir a industrialização local a todos os membros da colônia D. Pedro II, pois os germânicos católicos pouco aparecem entre os industriais.²⁶

Entre os inúmeros grupos germânicos que para região vieram, selecionamos dois para exemplificar. O primeiro é o Krambeck, também ligado ao protestantismo e que, curiosamente, aparece em um dos trabalhos consultados como lavrador, carpinteiro e

²⁴ ARANTES, Luiz Antônio Valle. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora – 1858/1912**. Dissertação. Niterói: UFF, 1991. p. 18.

²⁵ ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 23-24.

²⁶ **Ibid.** p. 88-89.

posteriormente industrial, o que pode indicar uma acumulação e um reinvestimento do capital. O outro grupo é o dos Surerus, bem representados pela figura de Henrique Surerus – também envolvido com o protestantismo. Sua família se mudou para Juiz de Fora em meados do século XIX, pois seu pai trabalhava como gerente da Companhia União e Indústria. Posteriormente Henrique e seu irmão João Surerus, montaram a indústria “Henrique Surerus e Irmão”, assim apresentada:²⁷

*Negociam em artigos de toda a especie, taes como: Madeiras, ferragens, cal, cimento, tintas, couros, papeis pintados, ladrilhos, louças, vidros, electricidade, etc., etc. Teem uma serraria e uma fabrica de tecidos de malha, accionadas á vapor e á electricidade, onde empregam actualmente, cerca de 200 operarios.*²⁸

Ao tratar dos imigrantes, não podemos deixar de citar a participação dos italianos, que foram em número muito superior aos germânicos. Estes porém, vieram por conta do fim anunciado da escravidão e com missão principal de substituir a mão-de-obra negra nas lavouras de café. Contudo, estes homens acabaram se inserindo no meio industrial, alguns como Pantaleone Arcuri, chegaram a ser grandes empreendedores, porém a grande maioria formaria a massa trabalhadora, que, em 1912, iria participar ativamente da primeira greve industrial da cidade²⁹. Os italianos chegaram na cidade quando parte significativa das indústrias já existiam, fato que aumenta a dificuldade de inserção destes homens no setor industrial, ao menos como empregadores.³⁰

Não se pode, contudo, dizer que o capital acumulado pelo cultivo do café não tenha influenciado em nada a industrialização local. O que devemos reforçar é que não houve um predomínio de iniciativas diretas dos cafeicultores em liderar indústrias. Estas atitudes, embora ocorressem, como é o caso do grupo Assis Penido, que, em 1925, coloca em funcionamento a Fábrica Têxtil da Fazenda da Floresta, e Francisco Eugênio de Rezende, que em 1907, juntamente com seus filhos, coloca em funcionamento a fábrica Santa Maria, não foram pioneiras. Este tipo de investimento não foi a principal contribuição que os fazendeiros da região forneceram ao movimento industrial. Ao contrário, os cafeicultores criaram um quadro favorável à industrialização quando montaram uma infra-estrutura urbana, quando

²⁷ Sobre Krambeck, ver ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 100-102. Sobre Surerus, ver **VIAGEM imperial de Petrópolis a Juiz de Fora por ocasião de inaugurar-se a estrada “União e Indústria”**. Coleção de artigos publicados no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro em 1861 e no “Diário Mercantil” de Juiz de Fora em 1918. Juiz de Fora: Tipografia Sul. 1919. p. 6.

²⁸ **Ibid.** p. 6.

²⁹ Para mais detalhes consultar ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1914)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

³⁰ ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 120-122.

contribuíram para o desenvolvimento do núcleo urbano e conseqüente formação de um mercado consumidor e, como não poderíamos deixar de citar, quando tomaram iniciativas com o propósito de promover a imigração, seja germânica de meados do século XIX, que criou boa parte das indústrias, seja a italiana de fins do século XIX, que, também conhecedora das técnicas de produção, serviu, entre outras coisas, como mão-de-obra para tais indústrias.³¹

Na tentativa de compreender o motivo pelo qual a maioria dos fazendeiros, como o barão do Retiro, não se envolverem de forma direta na industrialização, tentamos entender o universo em que estavam inseridos todos estes homens e quais eram as mentalidades e os valores do período. Parcialmente, conseguimos concluir que o que ocorreu foi um choque de mundos, um choque de visões, de cultos e conhecimentos. De um lado o protestantismo, representado por uma parcela dos imigrantes germânicos, e do outro a quase totalidade da sociedade, e aqui estava incluído o grupo dos cafeicultores, que, como veremos na quarta parte deste artigo, eram muito apegados ao catolicismo. Enquanto os protestantes olhavam para Juiz de Fora e enxergavam um meio urbano em formação, carente de serviços e que precisava dos conhecimentos técnicos que estes homens de origem européia dominavam, os fazendeiros em sua maioria continuavam concentrados na vocação agrária do país e, se quisessem se aventurar no meio industrial, precisariam contratar homens que dominassem os mecanismos, conhecessem as máquinas.³²

Tal saber era vital para o industrial. Bernardo Mascarenhas, grande industrial mineiro, que não possuía vínculos com o capital cafeeiro, buscava sempre o domínio sobre o conhecimento técnico, para não depender dos estrangeiros. Francisco Eugênio de Rezende, quando se aventurou em meios industriais, dominava bem o funcionamento das máquinas. Talvez, das três questões levantadas – religião, mentalidade e domínio técnico – a última fosse a mais vital, sem a qual qualquer espírito empreendedor poderia se sentir incapacitado.³³

Como dito acima, os cafeicultores participam de forma indireta do movimento industrial, comprando ações de instituições que, de certo modo, iriam financiar as indústrias locais, como é o caso do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, ou possibilitar um maior desenvolvimento das mesmas, como é o caso da Companhia Mineira de Eletricidade.

³¹ Sobre as considerações à respeito da cafeicultura, ver ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 45-46. Para informações relativas a Francisco Eugenio de Rezende, ver Indústria local. **O Pharol**, Juiz de Fora, 16.01.1907, p. 1.

³² ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 59.

³³ Sobre atuação de Bernardo Mascarenhas, ver ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 69. Para informações relativas a Francisco Eugenio de Rezende, ver Indústria local. **O Pharol**, Juiz de Fora, 16.01.1907, p. 1.

Sobre a primeira instituição, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, podemos observar, a partir do trabalho de Anderson Pires, que a grande maioria dos primeiros acionistas são fazendeiros, e entre eles estava o nosso Francisco Eugênio de Rezende. Havia também a presença de industriais, como é o caso de Bernardo Mascarenhas. O fato é que o banco só abriria crédito para a indústria tempos após sua fundação, quando grande parte das indústrias locais já estavam consolidadas.³⁴

No caso da Companhia Mineira de Eletricidade (CME), também esteve presente o capital oriundo dos cafezais. Entretanto, deve-se lembrar que tal empreendimento foi idéia do grande industrial Bernardo Mascarenhas, ou seja, novamente os fazendeiros não vão estar a frente do empreendimento. Fato que deve ser destacado é o envolvimento de Francisco Eugênio de Rezende com a CME, visto que em certo momento este homem integrou sua diretoria, o que reforça a idéia de proximidade deste homem com o meio industrial, que no entanto, não abandonou sua relação com o cafezal, pois mesmo quando de fato se insere em meio industrial, é para beneficiar o produto.³⁵

Como foi possível perceber, os cafeicultores da Zona da Mata, em sua maioria, não se envolveram diretamente com o setor industrial. Se por um lado os cafeicultores não lideraram o movimento industrial, ajudaram a financiá-lo, pois tinham ações de empreendimentos ligados a vários setores na região. Servem como exemplo, além das já citadas Companhia Mineira de Eletricidade e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, a Companhia União e Indústria, a Companhia Construtora Mineira, a Companhia Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, o Banco Territorial e Mercantil, entre outras.³⁶

A idéia mais adequada para compreender a relação entre café e indústria na Zona da Mata mineira é, novamente, a de Luiz Antônio Valle Arantes, que defende que o acúmulo de capital gerado pelo café em Minas Gerais serviu para facilitar o surgimento da indústria, ou seja, o café em Minas Gerais induziu a indústria. Esta característica seria, portanto, uma diferença fundamental entre o mundo mineiro e o paulista.³⁷

³⁴ Ver ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 69., e ver também PIRES, Anderson José. **Op. Cit.** p. 83.

³⁵ ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 43-44.

³⁶ PIRES, Anderson José. **Op. Cit.** p. 216.

³⁷ ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Op. Cit.** p. 59.

Mudanças dentro da família

Enfim, vamos agora deixar em evidência o posicionamento do barão do Retiro e de seu irmão, Francisco Eugênio de Rezende, frente as transformações aqui apresentadas e sumariamente discutidas.

Há claramente duas posturas, dois caminhos a serem seguidos durante o período abordado. Os homens ligados ao cultivo do café, que não buscaram uma aproximação direta com a indústria, e portanto, se concentraram no trabalho ligado ao campo, entraram em um período de decadência que, segundo Luiz Antônio Valle Arantes, alcançaria duas ou três gerações. Por outro lado, os homens ligados ao movimento industrial viveriam uma tendência oposta, tendo pela frente um caminho mais próspero.³⁸

Até onde pudemos observar³⁹, o barão do Retiro segue o primeiro dos caminhos indicados, passando por situações que, talvez, em seu auge político, social e financeiro (lembramos que este homem já exerceu a função de capitalista), não pudesse imaginar que passaria, como por exemplo em 1912, quando após longos anos de crise, precisou vender sua fazenda São Fidélis. Já seu irmão, Francisco Eugênio de Rezende, até onde foi possível observar, tenta seguir o segundo caminho, visto que ensaiou, em 1907, portanto, em meio a grave crise cafeeira, montar sua indústria, que lidava diretamente com os produtos de sua fazenda. Este empreendimento sugere uma mudança de foco objetivando o mercado interno e uma tentativa de controle de todo o processo de beneficiamento do café, desde o plantio até a venda, o que poderia deixá-lo menos vulnerável aos efeitos da crise.

O barão do Retiro, embora cafeeicultor, de família tradicionalmente ligada ao cultivo do café, não esteve ao fim da vida, tão relacionado aos cafezais como era de se esperar. Tal fato pode ser, em parte, explicado pela crise, que talvez tenha servido para desestimular o barão.

Vale analisar, superficialmente, os acontecimentos na vida do barão do Retiro, desde 1888 até seu falecimento, em 1914. Em janeiro de 1888 falece seu pai, barão de Juiz de Fora, e ele, sendo o filho mais velho, acaba por direcionar o inventário dos bens. Poucos meses depois, sofre outro grande impacto com a abolição da escravidão. Em seguida, vamos para o ano de 1889, quando em agosto é agraciado com o título de barão do Retiro, e meses depois,

³⁸ **Ibid.** p. 59-60.

³⁹ Aqui não podemos deixar de observar que o objetivo deste trabalho é tecer considerações sobre a família Ribeiro de Rezende frente as transformações em questão, e não o de emitir um parecer mais sólido e definitivo sobre o assunto, algo que, só poderia ser feito, na nossa opinião, após longo período dedicado ao estudo do tema.

com o fim da monarquia brasileira, perde, de uma só vez, o título e a presidência da Câmara Municipal de Juiz de Fora, e consequentemente, o cargo de Agente do Executivo. Sobre a perda do baronato, podemos observar que, mesmo com o fim do Império e, portanto, com a extinção oficial do título, a sociedade continuaria a tratar os nobres como no período monárquico.⁴⁰

Prosseguindo com a análise, no ano de 1907, em plena a crise cafeeira, morre a baronesa do Retiro. Em seu inventário é possível notar que o casal possuía bens ligados ao café, como a fazenda São Fidélis. Os sete anos que se passam até 1914, quando falece o barão do Retiro, ao que parecem, foram os piores de sua vida. As inúmeras perdas de cunho pessoal, são somadas as perdas financeiras. Notamos que após a morte de sua esposa, o barão do Retiro não consegue sustentar a fazenda São Fidélis, vendendo-a em 1912 ao Dr. José Procópio Teixeira, – este vai dar novo vigor produtivo a propriedade, promovendo diversos investimentos, incluindo plantação de novas áreas de café.⁴¹

Sobre a venda da São Fidélis, se analisarmos separadamente o preço de venda da arroba do café no quinquênio, teremos: 1910 – 9\$911; 1911 – 13\$469; 1912 – 14\$452; 1913 – 11\$526; 1914 – 9\$754. É evidente que a venda da fazenda ocorre em um ano em que os preços sugerem uma recuperação, que pode parecer mais sólida se olharmos o ano imediatamente anterior, que também foi bom. Como teria pensado o cafeicultor do período? Desde pelo menos o início do século XX, o preço do café se manteve baixo, então no ano de 1911 este preço ensaia uma recuperação, ou seja, depois de mais de dez anos seguidos de preço baixo, o produto central da economia do país volta a dar sinais positivos, que serão confirmados no ano seguinte. Ora, a tendência é haver um novo impulso, pois o aumento é um dado concreto que alimenta a esperança dos cafeicultores e, para os que estão mergulhados em dívidas, como é o caso do barão do Retiro⁴², esta seria uma ótima oportunidade para se desfazer dos bens.

A partir desta observação, podemos sugerir que o barão do Retiro esperou o melhor momento para a venda, sendo por escolha própria ou mesmo por falta de comprador durante o auge da crise. Tal fato aponta para uma situação comum durante a crise do café, principalmente no universo paulista. Durante a crise, quando o café apresentou drástica redução nas margens de lucro, os grandes cafeicultores colecionaram prejuízos, porém, a

⁴⁰ ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Op. Cit.** p. 12.

⁴¹ ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p. 394.

⁴² ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Op. Cit.** p. 22.

mentalidade de grande parte da sociedade se mantém como antes, isto é, as pessoas continuam olhando para tais homens como “os grandes fazendeiros”. A frase a seguir, extraída do livro *História do Café* de Ana Luiza Martins, foi dita por um descendente de uma tradicional família de fazendeiros que vivenciaram o período de crise do início do século XX, e ilustra muito bem tudo que tratamos, vejamos:

Para que ir a cidade? A gente, aí, era chamado ‘filho de fazendeiro’, isto é, ‘rico’, sentia o amargor da ironia, mas não protestava: era preciso manter a ilusão de que ‘a fazenda dava’, para achar, um dia, comprador...⁴³

Diferente do decadente fim do barão do Retiro, seu irmão Francisco Eugênio de Rezende, parece ter convivido de forma diferente com as transformações econômicas. Como já citamos na primeira parte deste trabalho, ele pertenceu a diretoria da Companhia Organização Agrícola Mineira e também integrou a diretoria da Companhia Mineira de Eletricidade, o que nos indica uma participação relevante em organizações ligadas, respectivamente, a agricultura e a indústria.

Em 1907, ano de intensa crise na cafeicultura da região e, ano também, do falecimento da baronesa do Retiro, Francisco Eugênio de Rezende, junto de seus filhos, inaugura a fábrica Santa Maria. A atividade que a fábrica vai realizar, bem como a descrição do prédio em que está instalada, está presente em matéria publicada no jornal “O Pharol”, vejamos uma parte:

O prédio em que está montada a fábrica “Santa Maria” destinada ao preparo de café torrado, moido e em pó, fubá, lenha picada etc., tem 4m 80 de pé direito, medindo 12m 40 pelo lado da rua Baptista e Oliveira e 8 metros pelo lado da de S. João Nepomuceno. Para esta rua dão duas portas, e para aquella, cinco. Os produtos ali manufaturados, são fornecidos pela conhecida “Quinta da Conceição”, pertencente ao mesmo [Francisco Eugenio de Rezende] e situada na estação do Retiro, e são todos de primeira qualidade, merecendo, por isso mesmo, a estima e preferência dos srs. consumidores.⁴⁴

Ora, da mesma forma que, nos momentos em que o café vai bem, há uma tendência concentração na plantação deste produto destinado a exportação, quando o café vai mal os fazendeiros tendem a diversificar sua produção, buscando atender, por exemplo, o mercado interno.⁴⁵

A questão é que Francisco Eugênio de Rezende, além de buscar o mercado interno, como era de se esperar, faz isso se inserindo no meio industrial e aproveitando para isso a própria produção de sua fazenda. O fato de se inserir no meio industrial, ou seja, de transferir

⁴³ MARTINS, Ana Luiza. **Op. Cit.** p. 229-230.

⁴⁴ Indústria local. **O Pharol**, Juiz de Fora, 16.01.1907, p. 1.

⁴⁵ PIRES, Anderson José. **Op. Cit.** p. 114.

diretamente capital do café para a indústria, além de pouco comum na região, é feito em momento totalmente adverso.

Normalmente tais transferências de capital acontecem em momentos de alta do preço do café, ou seja, vão ocorrer durante a última década do século XIX e a partir da segunda década do século XIX.⁴⁶

Como estamos observando, Francisco Eugênio de Rezende, ao longo de sua vida, parece ter sido muito mais a exceção do que propriamente a regra. Entretanto, no que diz respeito ao domínio dos conhecimentos mecânicos necessários para coordenar o processo industrial daquele período, o “coronel Rezende” e seu filho José Maria, são regra, o que significa dizer que dominavam bem o funcionamento das máquinas. Vejamos o que diz a mesma reportagem do “O Pharol”:

*Durante a inauguração, que durou mais de uma hora, todas as máquinas trabalharam sem o menor incidente, attestando assim a alta competência do sr. coronel Rezende e seu digno e activo filho sr. José Maria, que são dous excellentes mecanicos praticos.*⁴⁷

Outro ponto em que a postura de Francisco Eugênio de Rezende pode ser tomada como regra, e não como exceção, é no que diz respeito ao apego ao culto católico. Na inauguração da fábrica, ocorre, antes de mais nada, a “benção dos machinismos”, que foi dada pelo vigário Frederico Hollenbrock.⁴⁸

A marca do culto à religião católica está presente na vida de muitos outros fazendeiros e nobres da época e aparece na forma imaterial ou material. Imaterial por exemplo nos nomes dos títulos dos nobres, como “Santa Mafalda”, “Santa Helena”, ou ainda nos nomes das propriedades, como a fazenda Santana da baronesa de Juiz de Fora e a fazenda São Fidélis, do barão do Retiro. A forma material pode ser exemplificada com o fato curioso que ocorreu na fazenda Santana. A capela da propriedade chegou a ser avaliada como sendo mais cara do que a própria moradia, incluindo engenho e senzala.⁴⁹ Este investimento todo, além significar a própria materialização da fé católica, evidencia o quanto eram religiosos estes nobres e fazendeiros, e nos leva a imaginar como teria se dado o convívio entre a minoria protestante e maioria católica em Juiz de Fora.

O culto ao catolicismo também pode ser observado no testamento do barão de Juiz de Fora, onde fica evidente o grande apelo religioso do nobre, que deixa riquezas para diversas

⁴⁶ *Ibid.* p. 2.

⁴⁷ Indústria local. **O Pharol**, Juiz de Fora, 16.01.1907, p. 1. Observamos que o Barão do Retiro, mesmo não se envolvendo diretamente com o meio industrial, comparece à festa de inauguração da fábrica de seu irmão.

⁴⁸ *Ibid.* p. 1.

⁴⁹ ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Op. Cit.** p. 74-77.

irmandades. Prosseguindo a observação ainda dentro da família, observamos, no testamento do sogro do barão do Rio Novo, doações para a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja da Glória, a Igreja do São Pedro, entre outras.⁵⁰

Pela natureza deste trabalho não é possível, por enquanto, esclarecer de forma definitiva quais foram as razões que levaram o barão do Retiro a não investir no setor industrial, como fez seu irmão. Entretanto, com base no que já foi levantado, algumas hipóteses parecem relevantes. O primeiro ponto que pode em parte justificar tais posicionamentos é a diferença de idade entre os irmãos, que era de vinte anos tendo o barão do Retiro nascido em 1835 e seu irmão em 1855. Ora, em 1907, data da fundação da fábrica Santa Maria, Francisco Eugênio de Rezende tinha 52 anos, uma idade razoável para a liderança da empreitada. Por outro lado, o barão do Retiro tinha, no mesmo momento, 72 anos, o que poderia ter contribuído para a sua não recuperação econômica.

Pode-se pensar em uma diferença de mentalidade entre os irmãos, mas esta não deveria ser tão grande, visto que esses homens tiveram mesma origem e compartilharam da mesma estrutura familiar e, possivelmente, da mesma educação. O que poderia apontar uma diferença mais significativa seria a existência de uma mentalidade mais alinhada à natureza da atividade industrial por parte de Francisco Eugênio de Rezende, porém faltam bases para fazer tal afirmação. O que parece aos nossos olhos é que, longe disto, a inauguração da fábrica traduziria uma tentativa de minimizar as perdas, diversificando a produção sem abandonar o café, priorizando o mercado interno e objetivando o domínio de todo o beneficiamento do café, tendo contato direto com o produto, deste o plantio até a venda.

Enfim, vimos na primeira parte do trabalho o perfil dos membros da família Ribeiro de Rezende aqui pesquisados, constatamos o quanto estavam ligados ao cultivo do café, e como o grupo exerceu papel importante na política e na economia local. Tratamos da crise cafeeira, apresentando dados acerca da produção e preço de venda, observando os momentos mais críticos, que refletiriam nos negócios do grupo familiar. Posteriormente, vimos, de forma sumária, como se deu a industrialização em Juiz de Fora e qual foi o papel dos cafeicultores locais neste movimento. Por fim, vimos como a crise e a industrialização do município se confunde com a trajetória da família Ribeiro de Rezende, principalmente do Barão do Retiro e de Francisco Eugênio de Rezende.

⁵⁰ **Ibid.** p. 52-53.

Bibliografia:

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1914)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora 1858/1912**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

BARATA, Carlos Eduardo Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Brasília, 2000.

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo: A espinha dorsal de Minas**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

_____. **Engenheiro Henrique Halfeld: sua vida, sua obra, sua descendência**. Juiz de Fora: Esdeva, 1975.

_____. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência**. Juiz de Fora: Paraibuna, 1991.

CATELLI JUNIOR., Roberto. **Brasil: do café à indústria: transição para o trabalho livre**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CUNHA, Rui Vieira da. **Figuras e fatos da nobreza brasileira**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

FONSECA, Walter. **Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora, gente, fatos e coisas**. São Paulo: Ícone, 1987.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação da república**. Juiz de Fora: UFJF e Funalfa, 1985.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870 / 1930**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

PROCÓPIO FILHO, José. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1973.

_____. **Salvo, erro ou omissão: gente juiz-forana**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1979.

REIS, Niva Andrade. **Estações de Minha Vida**. Rio de Janeiro: Lidador, 2002

REZENDE, Arthur. **Genealogia Mineira: Família Rezende**. III Volume. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1939.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. **Nossos barões e seus impérios: aspectos da vida material da elite nobiliárquica de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Monografia de Bacharelado. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

VIAGEM imperial de Petrópolis a Juiz de Fora por ocasião de inaugurar-se a estrada “União e Indústria”. Coleção de artigos publicados no “Jornal do Comércio” do Rio de

Janeiro em 1861 e no “Diário Mercantil” de Juiz de Fora em 1918. Juiz de Fora: Tipografia Sul. 1919.